



LIDO EM PLENÁRIO  
EM 06/03/2023



Assinatura: [Assinatura]  
Data: 3 de Março de 2023  
Evento: Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e dá outras providências.

**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Mesa Diretora – Biênio 2023/2024**

PROJETO DE LEI Nº 003, DE 03 DE MARÇO DE 2023.

Aprovado por unanimidade  
EM 06/03/2023

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Câmara Municipal de Eldorado do Carajás poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público para fins desta Lei, a transitoriedade da situação e a impossibilidade de atendimento com os recursos humanos de que dispõe essa Casa, nas seguintes hipóteses:

I – quando houver deficiência de pessoal para demanda ordinária de serviço;

II – quando houver necessidade temporária para substituição de atividades permanentes;

III – nos casos de não preenchimento das vagas disponibilizadas em concurso público, para os serviços essenciais;

IV – admissão de pessoal para atender as necessidades do serviço público nos casos em que não haja servidores efetivos no quadro de funcionários da Câmara Municipal para suprir a função.

Art. 3º As contratações com base nesta lei, serão realizadas pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período.

Art. 4º As contratações com fundamento nessa lei, somente poderão ser efetivadas com observância de existência de dotação orçamentária específica e com o correspondente cargo previsto na Resolução de Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos/Salários inclusive no tocante a escolaridade exigida.

Art. 5º O contratado nos termos desta Lei, não poderá:



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Mesa Diretora – Biênio 2023/2024**

- I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
- II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo e função em comissão ou função gratificada;
- III - ser novamente contratado para outro cargo antes de decorridos o prazo do encerramento de seu contrato vigente.

Art. 6º Aos contratados na forma dessa lei são assegurados à licença maternidade, paternidade, férias, inclusive proporcionais, adicionais de insalubridade e periculosidade desde que atendidos os requisitos legalmente previstos.

Art. 7º O contrato extinguir-se-á nos seguintes casos:

- I - a qualquer tempo, por ato unilateral da Câmara Municipal;
- II - pelo término do prazo contratual.
- III - por iniciativa do contratado.
- IV - afastamento por motivo de doença por prazo superior a 15 (quinze) dias.

Art. 8º O tempo de serviço prestado em virtude de contratação, nos termos desta Lei, será contado para todos os efeitos.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 02 de janeiro de 2023.

**JUSTIFICAÇÃO**

Encaminhamos o presente projeto de lei para a apreciação desta Casa de Leis, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e dá outras providências."

O constituinte, ao redigir o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, permitiu a possibilidade de se realizar a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária excepcional interesse público.

[...]

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

[...]



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**

**Mesa Diretora – Biênio 2023/2024**

A Câmara Municipal de Eldorado do Carajás não possui servidores efetivos no seu quadro de funcionários, desta forma, é necessária a contratação de temporários, restando justificada a necessidade da presente lei, a fim de cumprir as disposições constitucionais.

Ressaltamos, portanto, a importância do presente projeto de lei, cujo conteúdo é de interesse da coletividade, de todos os munícipes, e visa propiciar a continuidade das ações e programas desenvolvidos pelo Poder Legislativo Municipal.

Posto isto, sucintamente, rogamos a aprovação dos Senhores Edis ao projeto ora proposto.

Plenário Antônio Almeida Damasceno, 03 de março de 2023.

**EDSON DE**  
**DEUS**  
**VIEIRA:132981**  
**60130**

Assinado de forma  
digital por EDSON DE  
DEUS  
VIEIRA:13298160130  
Dados: 2023.03.03  
13:42:57 -03'00'

**Edson de Deus Vieira**  
**Vereador/MDB**  
**Presidente**

**JOSEMIR DA**  
**SILVA**  
**LIMA:7724841**  
**4204**

Assinado de forma  
digital por JOSEMIR  
DA SILVA  
LIMA:77248414204  
Dados: 2023.03.03  
13:43:30 -03'00'

**Josemir da Silva Lima**  
**Vereador/PSD**  
**1º Secretário**

**LUCIANO MARQUES**  
**DE**  
**MORAIS:44959567287**

Assinado de forma  
digital por LUCIANO  
MARQUES DE  
MORAIS:44959567287  
Dados: 2023.03.03  
13:44:11 -03'00'

**Luciano Marques de Moraes**  
**Vereador/MDB**  
**2º Secretário**



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Diretor de Secretaria e Recursos Humanos**

Mem. Nº 005/2023/DSRH/CMEC

Eldorado do Carajás, 03 de março de 2023

Ao Ilustríssimo  
**Sr. Ravell dos Santos Oliveira**  
Diretor Legislativo

Assunto: **Encaminha o Projeto de Lei nº 003/2023, de autoria da Mesa Diretora**

Ilustríssimo,

Cumprimentando-o Vossa Senhoria, venho por meio deste encaminhar o Projeto de Lei nº 003/2023, de autoria da Mesa Diretora, que Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e dá outras providências.

Solicitamos que posteriormente esse departamento, dê continuidade a tramitação deste processo repassando ao Departamento competente.

Atenciosamente,

  
**VALDELICE SOUSA**  
Diretora de Secretária e RH.





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Departamento Legislativo**

**TERMO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO PROCESSO LEGISLATIVO**

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei nº 003/2023-GAB, de 03 de março de 2023.

AUTORIA: Mesa Diretora – Biênio 2023/2024

EMENTA: "Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e dá outras providências".

DATA DE APRESENTAÇÃO: 03/02/2023

FORMA DE APRECIAÇÃO: Proposição sujeita à apreciação do Plenário.

REGIME DE TRAMITAÇÃO: Ordinária

QUÓRUM DE VOTAÇÃO: Maioria Simples

COMISSÕES COMPETENTES: Constituição, Justiça e Redação.

RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DA TRAMITAÇÃO: Departamento Legislativo

Eldorado do Carajás/PA, 06 de março de 2023.

**Ravell dos Santos Oliveira**  
Diretor Legislativo  
Portaria nº 004/2023



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Departamento Legislativo**

**DESPACHO**

A  
Assessoria Jurídica

Prezado,

Cumprimentando-o vossa senhoria, encaminho por meio deste os autos do Projeto de nº Lei 003/2023-GAB, de 03 de março de 2023, de autoria da Mesa Diretora biênio 2023/2024, que "Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e dá outras providências", para análise jurídica e emissão de parecer técnico jurídico, a fim de subsidiar as comissões competentes.

Sem mais para o momento.

Eldorado do Carajás/PA, 06 de março de 2023.

**Ravell dos Santos Oliveira**  
Diretor Legislativo  
Portaria nº 004/2023



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Assessoria Jurídica**

**PARECER JURÍDICO n°: 002/2023**

**CONSULENTE:** Comissão de Constituição, Justiça e  
Redação

**PROPOSIÇÃO:** Proj. de Lei Ordinária do Legislativo  
sob o n°: 003 de 2023.

**AUTORIA:** Mesa Diretora da Câmara Municipal de  
Eldorado do Carajás/PA.

**EMENTA:** Dispões sobre a contratação por tempo  
determinado para atender a necessidade  
temporária de excepcional interesse público,  
nos termos do inciso IX, do art. 37, da CF/88, e  
dá outras providências.

**I. RELATÓRIO**

Esta Assessoria Jurídica recebeu o Projeto de Lei Ordinária do Poder Legislativo sob o n°: 003/2023, de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Eldorado do Carajás/PA, esta composta pelo Ver. Presidente Sr. Edson de Deus Vieira, pelo 1° Secretário Ver. Josemir Silva Lima e pelo 2° Secretário Ver. Luciano Marques de Moraes, que dispões sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal de 1988, e dá outras providências.

A motivação do Projeto de Lei Ordinária, conforme os autos da proposição, os Nobres Vereadores que compõe a Mesa Diretora desta Casa de Leis, pretendem regulamentar o disposto no inciso IX, do art. 37, da CF/88, que trata da contratação dos servidores sob o regime contrato temporário em forma de exceção às regras da



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Assessoria Jurídica**

efetividade pelo concurso público, sendo justificado o pelo caráter excepcional do interesse público.

É a síntese do relatório, passo a análise.

**II. PARECER**

**A) DA CONSTITUCIONALIDADE**

O ART. 18 da CF/88, inaugurando o tema da organização do Estado, prevê que "A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição." O termo "autonomia política", sob o ponto de vista jurídico, congrega um conjunto de capacidades conferidas aos entes federados para instituir a sua organização, legislação, administração e governo próprio.

A autoadministração e a autolegislação, contemplando o conjunto de competências materiais e legislativas previstas na CF/88 para os Municípios, é tratada no art. 30 da Carta Magna, nos seguintes termos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;  
(Vide ADPF 672)

A Constituição do Pará, por extensão, reproduziu esse regramento, consoante dispõe o art. 56 da Carta Paraense.

Portanto, o Projeto de Lei Ordinária nº 003/2023 em análise, de autoria da Mesa Diretora 23/24, na qual busca a autorização para contratação de temporários municipal, encontra-se em ordem, não esbarrando nos ditames constitucionais, não havendo qualquer óbice no ordenamento jurídico pátrio.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Assessoria Jurídica**

**B) DA LEGALIDADE**

Tal projeto encontra-se amparado pelo Ordenamento Jurídico Pátrio, onde a nossa Carta Magna preconiza que a contratação por regime temporário será estabelecido por lei, desde que demonstre excepcional interesse público, vejamos:

Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

(...)

Neste passo, quanto ao aspecto legal, o projeto tem amparo constitucional, bem como, está impedimentos em Lei Federal de Responsabilidade fiscal ou pelas Leis Municipais, bem como, sem confrontações com a Lei Orgânica deste município.

**III. CONCLUSÃO**

Em face de todo o exposto, o Presente Projeto de Lei Ordinária nº: 003/2023, de autoria da Mesa Diretora Biênio 23/24, está em observância ao nosso Ordenamento Jurídico Pátrio, o que inclui a Constituição Federal de 1988, a Constituição Estadual do Pará, Leis nacionais e municipais.

Vale ressaltar que, trata-se de um parecer opinativo, ou seja, possui caráter técnico que não impede a tramitação e até mesmo consequente a sua aprovação. Neste sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, in verbis:

“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo, nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**

**Assessoria Jurídica**

técnico jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquando envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.” (Mandato de Segurança nº: 24.584-1 – Distrito Federal – Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)

É, s.m.j., o parecer desta Assessoria Jurídica.

Câmara Municipal de Eldorado do Carajás/PA, 17 de março de 2023.

DANIEL  
RIBEIRO DE  
VASCONCELOS  
:08354551490

Assinado de forma  
digital por DANIEL  
RIBEIRO DE  
VASCONCELOS:08  
354551490

**Daniel Ribeiro de Vasconcelos**

OAB PA 25.282-B – Assessor Jurídico



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 003 DE 2023**

(Do Poder Legislativo)

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e dá outras providências.

Autor: Mesa Diretora – Biênio 2023/2024

Relatores: Ver. Cristiley Fernandes – MDB

**I – RELATÓRIO**

Trata-se do Projeto de Lei Ordinária nº 003/2023 – CMEC, de autoria da Mesa Diretora – Biênio 2023/2024, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e dá outras providências.

**II – ANÁLISE**

Cumpra esclarecer que esta comissão está se manifestando quanto ao aspecto constitucional, legal ou jurídico do Projeto de Lei, bem como sobre aspecto gramatical e lógico. Desta forma, esta comissão vota a favor da tramitação da matéria.

A edição da presente matéria legislativa, decorre das disposições do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, que determina que a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

[...]

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

[...]



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Desta forma, regular, melhor digamos: legal é o projeto de lei, motivo pela qual esta comissão, vota a favor da tramitação da matéria, devendo o projeto de lei nº 001/2023 ser aprovado.

**III – VOTO DO RELATOR**

Com base no parecer da assessoria jurídica e pelas explanações acima, OPINO que o projeto se reveste de boa forma constitucional legal e jurídica.

Por isso, voto pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17 de março de 2023.

---

Vereador Cristiley Fernandes da Penha / MDB  
Relator



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a Comissão de Finanças e Orçamento e a Comissão de Educação, Esporte, Cultura, Turismo, Saúde e Assistência Social, em reunião às 09h do dia 17 de março de 2023, opinaram unanimemente em seguir o voto do relator.

Sala das Comissões, em 17 de março de 2023.

Vereador Cristiley Fernandes da Penha / MDB  
Relator

Vereador Vaniele do Nascimento Barbosa / PSC  
Presidente

Vereador Antonio Lino de Sousa Junior / PSD  
Membro



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Gabinete da Presidência**

Ofício Nº 042/2023/GP/CMEC

Eldorado do Carajás/PA, 23 de março de 2023.

A Sua Excelência

**Iara Braga Miranda**

Prefeita de Eldorado do Carajás/PA

**Assunto: Encaminha a Redação Final do Projeto de Lei nº 003/2023 de autoria da Mesa Diretora Biênio 2023/2024, aprovado na 4ª Sessão Ordinária, do 1º Período, da 3ª Sessão Legislativa, da 8ª Legislatura, realizada em 20 de março de 2023.**

Excelentíssima Prefeita,

Cumprimentando-a Vossa Excelência, vimos por meio deste, encaminhar Redação Final do Projeto de Lei nº 003/2023 de autoria da Mesa Diretora Biênio 2023/2024, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e dá outras providências”, o qual foi aprovado na 4ª Sessão Ordinária, do 1º Período, da 3ª Sessão Legislativa, da 8ª Legislatura, realizada em 20 de março de 2023.

Em sendo assim, encaminhamos o referido PL com sua Redação Final com autógrafos, para apreciação do Chefe do Poder Executivo, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento desta, nos termos do § 1º, do art. 50, da Lei Orgânica Municipal, devendo o mesmo, caso seja sancionado, seguir numeração cronológica concedida pela Procuradoria Geral do Município – PGM.

Consignamos ainda, que no prazo acima, seja encaminhado a cópia da referida Lei sancionada para este Poder Legislativo.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição.

Atenciosamente,

**EDSON DE DEUS** Assinado de forma digital  
por EDSON DE DEUS  
**VIEIRA:13298160** VIEIRA:13298160130  
**130** Dados: 2023.03.23  
15:53:01 -03'00'

**EDSON DE DEUS VIEIRA**  
Presidente da Câmara Municipal

Protocolo Nº 235  
Prefeitura Municipal de Eldorado Do Carajás/PA  
CNPJ: 84.139.633/0001-75  
Data: 24 / 03 / 2023

*fulens*



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação**

LEI ORDINÁRIA Nº , DE DE MARÇO DE 2023.

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Câmara Municipal de Eldorado do Carajás poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público para fins desta Lei, a transitoriedade da situação e a impossibilidade de atendimento com os recursos humanos de que dispõe essa Casa, nas seguintes hipóteses:

- I – quando houver deficiência de pessoal para demanda ordinária de serviço;
- II – quando houver necessidade temporária para substituição de atividades permanentes;
- III – nos casos de não preenchimento das vagas disponibilizadas em concurso público, para os serviços essenciais;
- IV – admissão de pessoal para atender as necessidades do serviço público nos casos em que não haja servidores efetivos no quadro de funcionários da Câmara Municipal para suprir a função.

Art. 3º As contratações com base nesta lei, serão realizadas pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período.

Art. 4º As contratações com fundamento nessa lei, somente poderão ser efetivadas com observância de existência de dotação orçamentária específica e com o correspondente cargo previsto na Resolução de Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos/Salários inclusive no tocante à escolaridade exigida.

Art. 5º O contratado nos termos desta Lei, não poderá:



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação**

- I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
- II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo e função em comissão ou função gratificada;
- III - ser novamente contratado para outro cargo antes de decorridos o prazo do encerramento de seu contrato vigente.

Art. 6º Aos contratados na forma desta lei são assegurados à licença maternidade, paternidade, férias, inclusive proporcionais, adicionais de insalubridade e periculosidade desde que atendidos os requisitos legalmente previstos.

Art. 7º O contrato extinguir-se-á nos seguintes casos:

- I - a qualquer tempo, por ato unilateral da Câmara Municipal;
- II - pelo término do prazo contratual.
- III - por iniciativa do contratado.
- IV - afastamento por motivo de doença por prazo superior a 15 (quinze) dias.

Art. 8º O tempo de serviço prestado em virtude de contratação, nos termos desta Lei, será contado para todos os efeitos.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 02 de janeiro de 2023.

Eldorado do Carajás, Pará, de março de 2023; 43º da Fundação e 32º da Emancipação.

**IARA BRAGA MIRANDA**  
Prefeita Municipal

**ENVIADO PARA SANÇÃO**  
**EM 23/03/2023**

EDSON DE  
DEUS  
VIEIRA:1329  
8160130

Assinado de forma  
digital por EDSON DE  
DEUS  
VIEIRA:13298160130  
Dados: 2023.03.23  
15:53:37 -03'00'

**EDSON DE DEUS VIEIRA**  
Presidente da Câmara Municipal



ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO DE ELDORADO DO CARAJÁS  
CNPJ - 84.139.633/0001-75

LEI ORDINÁRIA Nº 516, DE 24 DE MARÇO DE 2023.

PUBLICADO EM:

24/03/2023

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS, ESTADO DO PARÁ, EXMA. Sr<sup>a</sup> IARA BRAGA MIRANDA, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no artigo 66 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os que se interessarem, que a Câmara Municipal APROVOU e ela SANCIONOU a seguinte lei:

Art. 1º A Câmara Municipal de Eldorado do Carajás poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público para fins desta Lei, a transitoriedade da situação e a impossibilidade de atendimento com os recursos humanos de que dispõe essa Casa, nas seguintes hipóteses:

- I – quando houver deficiência de pessoal para demanda ordinária de serviço;
- II – quando houver necessidade temporária para substituição de atividades permanentes;
- III – nos casos de não preenchimento das vagas disponibilizadas em concurso público, para os serviços essenciais;
- IV – admissão de pessoal para atender as necessidades do serviço público nos casos em que não haja servidores efetivos no quadro de funcionários da Câmara Municipal para suprir a função.

Art. 3º As contratações com base nesta lei, serão realizadas pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período.



ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO DE ELDORADO DO CARAJÁS  
CNPJ - 84.139.633/0001-75

Art. 4º As contratações com fundamento nessa lei, somente poderão ser efetivadas com observância de existência de dotação orçamentária específica e com o correspondente cargo previsto na Resolução de Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos/Salários inclusive no tocante à escolaridade exigida.

Art. 5º O contratado nos termos desta Lei, não poderá:

- I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
- II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo e função em comissão ou função gratificada;
- III - ser novamente contratado para outro cargo antes de decorridos o prazo do encerramento de seu contrato vigente.

Art. 6º Aos contratados na forma desta lei são assegurados à licença maternidade, paternidade, férias, inclusive proporcionais, adicionais de insalubridade e periculosidade desde que atendidos os requisitos legalmente previstos.

Art. 7º O contrato extinguir-se-á nos seguintes casos:

- I - a qualquer tempo, por ato unilateral da Câmara Municipal;
- II - pelo término do prazo contratual.
- III - por iniciativa do contratado.
- IV - afastamento por motivo de doença por prazo superior a 15 (quinze) dias.

Art. 8º O tempo de serviço prestado em virtude de contratação, nos termos desta Lei, será contado para todos os efeitos.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 02 de janeiro de 2023.

Prefeitura Municipal de Eldorado do Carajás, Estado do Pará, 24 de março de 2023; 43º da Fundação e 32º da Emancipação.

**IARA BRAGA MIRANDA**  
Prefeita Municipal

IARA BRAGA  
MIRANDA:702  
62926253

Assinado de forma digital por IARA BRAGA MIRANDA:70262926253  
Dados: 2023.03.24 15:05:41 -03'00'



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Departamento Legislativo**

**TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO LEGISLATIVO**

Considerando a regular tramitação do Projeto de Lei Ordinária nº 003/2023-CMEC, de 03 de março de 2023, a Diretoria Legislativa procede ao ARQUIVAMENTO do presente Projeto e encerra o processo legislativo.

Eldorado do Carajás/PA, 31 de março de 2023.

**Ravell dos Santos Oliveira**

Diretor Legislativo  
Portaria nº 004/2023